

OS SABERES DA LITERATURA E A FORMAÇÃO DO LEITOR

José Alonso Tôrres Freire*

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a importância da literatura para a formação do leitor, ressaltando especialmente a necessária participação de pais, professores e escola no processo de letramento literário. Para tanto, serão discutidos aspectos teóricos da apresentação da literatura aos novos leitores e as formas possíveis de participação efetiva dos professores como mediadores entre autores literários e leitores. Dessa forma, partindo do pressuposto que a escola é a principal instância responsável pela formação de leitores que ultrapassem os limites da leitura obrigatória, mas não a única, serão analisadas as dificuldades encontradas pelos professores nesse processo e discutidas sugestões para a superação das mesmas, além de comentar os direitos dos leitores a serem respeitados pelos demais atores envolvidos.

Palavras-chave: literatura, formação de leitores, direitos dos leitores, letramento literário.

Abstract: This paper aims to analyze the importance of literature for the formation of readers, particularly stressing the necessary participation of parents, teachers and schools in the process of literacy literature. To this end, we will discuss theoretical aspects of the presentation of literature to new readers and potential forms of effective participation of teachers as mediators between literary works and readers. Thus, assuming that the school is the primary body responsible for the formation of readers who are outside of required reading, but not the only one, we will consider the difficulties encountered by teachers in this process as well suggestions for overcoming them. In addition comment on the rights of readers to be respected by other actors involved.

Keywords: literature, formation of readers, readers' rights, literacy literary.

“Se, por não sei que excesso de socialismo ou barbárie, todas as nossas disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceto uma, é a disciplina literária que devia ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário” (Roland Barthes, em *Aula*).

“As coisas que a literatura pode buscar e ensinar são poucas, mas insubstituíveis: a maneira de olhar o próximo e a si próprio, de relacionar fatos pessoais e fatos gerais (...); a literatura pode ensinar a dureza, a piedade, a tristeza, a ironia, o humor e muitas outras coisas assim necessárias e difíceis.” (Italo Calvino, em *Assunto encerrado – Discursos sobre literatura e sociedade*)

Introdução

Este artigo visa analisar de maneira breve a importância dos saberes veiculados na literatura para a formação do leitor, ressaltando especialmente a necessária participação de

* Doutor, professor adjunto da UFMS - Universidade Federal do Mato-Grosso do Sul.

pais, professores e escola nesse processo. Para tanto, serão discutidos variados aspectos da apresentação da literatura aos novos leitores, questões relativas à abordagem da literatura nos livros didáticos e sugeridas algumas formas possíveis de participação efetiva dos professores como mediadores entre autores literários e leitores, tais como a importância dos professores serem leitores plenos, a valorização dos livros como uma das formas disponíveis de acesso ao universo cultural das sociedades e a necessidade de bibliotecas que facilitem o contato entre leitores e acervo.

Dessa forma, partindo do pressuposto de que a escola é a principal instância responsável pela formação de leitores, mas não a única, já que o ambiente favorável e estimulante à leitura deveria começar na família, analisarei neste texto algumas dificuldades encontradas pelos professores no processo e farei sugestões para a superação das mesmas, além de analisar os direitos do leitor a serem respeitados pelos atores envolvidos.

1. A importância da literatura e as amplas possibilidades interdisciplinares

Como o trecho de Roland Barthes em sua aula inaugural no Colégio de França, uma das epígrafes deste texto, demonstra, as possibilidades abertas com a leitura são muitas, embora, como veremos mais adiante, a presença de todos esses saberes na literatura não seja evidente nem esteja disponível para todos os leitores.

Um dos aspectos importantes dos saberes que atravessam a literatura é que esta estimula a curiosidade dos leitores, responde à necessidade que todos temos de imaginação, devaneio, sonho, de ouvir histórias, de compartilhar com os outros, enfim, um patrimônio cultural comum. Por que contamos histórias, aqui consideradas desde aqueles mexericos para manter nossos amigos atualizados até aquelas longas histórias de vida? Uma resposta possível é que contamos histórias para dar significado à vida, para ordenar o caos que nos envolve, para termos a sensação de que não somos simples marionetes manipuladas por um deus caprichoso. Há também aspectos engraçados nesse nosso afã de contar histórias. Paulo Mendes Campos, um de nossos melhores cronistas, em um belo texto intitulado “Para Maria da Graça”, diz que toda história de vida é longa e triste, e todas dariam romances, pois o romance, segundo ele, é só uma maneira de narrar uma vida; assim, ele dá um conselho para Maria da Graça, uma jovem de 15 anos a quem ele oferece o livro *Alice no país das maravilhas*, de Lewis Carrol: “foge, polida mas energicamente, dos homens e das mulheres que suspiram e dizem: “Minha vida daria um romance!” Sobretudo dos homens. Uns chatos

irremediáveis” (CAMPOS, 1986, p. 75). Essa história é para lembrar que, apesar de tentar enaltecer a literatura e seus saberes neste ensaio, sei que há livros e pessoas que nos “alugam” mais do que deveriam.

Uma palavra muito em voga hoje em dia – sim, porque, embora isso pareça óbvio ao leitor mais experiente, as palavras também entram e saem de moda, como as roupas e os sapatos! – é a interdisciplinaridade, que parece ser o discurso atual por excelência, e já era praticada pelos gregos há dois mil e quinhentos anos. A meu ver, o que chamamos de interdisciplinaridade é uma volta a um período anterior à separação dos saberes em disciplinas fechadas. Como bem sabe o professor de literatura que ama a leitura, nós já praticávamos em nossas aulas esse atravessamento de áreas de conhecimento que a palavra indica. É impossível, por exemplo, ler e analisar a “Carta”, de Pero Vaz de Caminha, essa certidão de batismo deste nosso país contraditório que nascia com a chegada dos portugueses, e não pensar sobre a questão do “Outro”, sobre como constituímos o outro em nosso discurso, preparando modos de ver e de usar para o futuro.

Ao discutir a literatura brasileira do século XIX, especialmente os romances indianistas de José de Alencar, não há como fugir da representação idealizada do índio presente ali e a situação das culturas indígenas naquela época e em nosso próprio tempo. Este é o tipo de discussão que não pode ser visto de modo leviano, especialmente quando pensamos a responsabilidade da escola, e especialmente da Universidade, em pensar, de maneira lúcida e crítica, as questões sociais e históricas importantes. A polêmica neste caso é inevitável, por todo o sofrimento que evoca.

Outro aspecto desse estudo de várias facetas é a análise da trajetória das “mulheres de papel” em nossa literatura, a qual pode indicar as lutas que as mulheres reais enfrentaram e enfrentam em nosso país. É possível, por exemplo, repensar a história da Literatura Brasileira a partir da trajetória de nossas personagens femininas. Em *A Moreninha*, de 1843¹, considerado o primeiro romance brasileiro de sucesso, as mulheres são esposas ou viúvas de comerciantes abastados ou fazendeiros, ou mocinhas casadoiras; já em *O quinze*, de Raquel de Queirós, publicado em 1930, quase um século depois, portanto, a personagem principal, Conceição, é uma professora e leitora culta, que recusa o final feliz, entre outros motivos, porque Vicente, seu amado, era um homem do campo, gentil e trabalhador, mas que pouco poderia oferecer de troca intelectual efetiva. Já a personagem Madalena, do romance *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, publicado em 1934, também tem sua profissão e

¹ Optei por inserir na Bibliografia relacionada ao final deste ensaio apenas obras mais recentes ou de difícil acesso, deixando de fora obras de ampla circulação como essa.

independência, mas cai na armadilha de trocar um salário de professora, ainda que ganhasse pouco, pelo casamento com um homem truculento e cheio de ciúme. Já na literatura contemporânea, penso em uma mulher como a audaciosa personagem Bia, de *A audácia dessa mulher* (1999), de Ana Maria Machado, cuja trajetória retoma o paradigma da força da mulher brasileira na literatura que é Capitu. Nesse romance a questão do emprego já nem se coloca, pois esta é uma mulher que tem completa independência financeira; o que o leitor encontrará ali é uma mulher disposta a não ceder sua liberdade por um amor que busca aprisionar e podar o outro sempre que há oportunidade, ainda que tenha que optar por um homem incerto e distante. Para mim, como leitor, isso não indica que as mulheres até então não exerciam uma profissão fora do lar, mas que a literatura, predominantemente praticada por homens, rendera-se às evidências, buscando mostrar as lutas das mulheres no dia a dia.

Por outro lado, é interessante observar que em um dos grandes romances da literatura brasileira, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, publicado em 1915, o personagem principal era criticado por ter livros em casa e não ser doutor. Afora a crítica ao culto da aparência condenado com veemência pelo narrador, interessa, neste caso, também ao leitor de hoje, a composição dessa biblioteca marcada pelo critério do nacionalismo, onde constam Gregório de Matos Guerra, Basílio da Gama, José de Alencar e outros, evidenciando a preocupação do personagem (e de seu criador) em conhecer mais a fundo o país.

Talvez seja por causa desses vários saberes (e sabores) postos em circulação pela literatura que, frequentemente, os professores (e os pais mais preocupados), que são ou tentam ser mediadores da leitura (cf. SANTOS et al., 2009), se veem às voltas com uma difícil realidade acerca do nível de leitura de seus alunos: pelo que mostram as várias estatísticas disponíveis, os brasileiros leem pouco e, em geral, pouco apreendem daquilo que leem. Há vários aspectos a serem abordados em tal constatação. Em primeiro lugar, pode-se questionar: por que os pais também leem pouco? Sabe-se que boa parte do aprendizado vem da observação e do exemplo, ou seja, se eu leio pouco, é provável que meus filhos também vão dar pouca importância à leitura. Qual o papel da escola no fomento à leitura? Se os brasileiros leem pouco, o que eles leem? Se os brasileiros leem pouco, porque editoras estrangeiras se estabelecem no Brasil e autores como Paulo Coelho e Luís Fernando Veríssimo, sem entrar no mérito de cada um, vendem tanto? Outra questão fundamental é o acesso ao livro em nosso país, um aspecto bastante problemático para a formação dos novos leitores. E ainda: queremos que nossos filhos/alunos leiam qualquer coisa ou tentamos dirigir seu olhar apenas para leituras autorizadas?

Para começar a pensar sobre a literatura e sua contribuição para a formação de leitores, coloquemos a seguinte questão: a literatura é sempre associada à formação de leitores, mas de que maneira as crianças – candidatos a novos leitores – são apresentadas aos livros? Associada a esta, surge outro questionamento: quando aprende a ler a criança se converte necessariamente em um leitor? Compreendida de modo amplo, a ação de ler caracteriza a relação do indivíduo com o mundo que o cerca, o desvelamento de seus mistérios, a inserção em uma sociedade na qual esse futuro cidadão será obrigado a desempenhar certos papéis. Como se sabe, não basta ao cidadão ser alfabetizado se ele não participa efetivamente da comunidade letrada à qual pertence e que distingue e diferencia quem dela faz parte. Considerando isso, o conceito de **alfabetização** foi ampliado para o de **letramento**, cujo processo vem sendo estudado por vários pesquisadores. A diferença entre os dois conceitos é que não basta garantir o amplo acesso à alfabetização para que as crianças incorporem efetivamente a leitura e a escrita à sua bagagem cultural, o que certamente faz diferença em sua maneira de ver e de lidar com o mundo (cf. SOARES, 2006).

A importância da formação de uma comunidade consistente de leitores pode ser sentida fortemente entre os intelectuais do século XIX, especialmente poetas e romancistas, que se ressentiam de um público para o qual escrever. Essa quase ausência de público, necessário para completar o processo de comunicação levado a efeito com a obra literária, causava naqueles intelectuais, imbuídos da missão de ajudar a construir nossa independência cultural, a sensação de um isolamento em meio à plebe ignorante, conforme afirma Antonio Candido no ensaio “Literatura e Subdesenvolvimento”, da obra *A educação pela noite e outros ensaios* (2003). É que aqueles escritores sabiam que a literatura só se completa quando há a sua essencial contrapartida, os leitores.

Em meio a todos esses aspectos polêmicos envolvidos na relação entre a literatura e a formação do leitor, proponho-me a pensar aqui, pelos limites do espaço, de maneira breve sobre alguns deles.

2. Algumas funções da literatura

Já se pensou que a literatura teria a função de educar e elevar os alunos, ajudando a formar o seu caráter, advindo também daí a noção dos autores **clássicos**, ou seja, aqueles cujos textos eram dignos de ser lidos em classe. Desse conceito de clássicos, mais tarde ampliado para significar que esses autores eram intocáveis e sua leitura obrigatória para os leitores cultos, passa-se ao conceito de **cânone**, que engloba aqueles livros tornados únicos,

quase sagrados – e, vale dizer, em geral pouco lidos. Não discutirei aqui a tentativa de tornar “natural” o apreço por esses livros, pois sabemos que o fato de um livro ser considerado clássico ou um autor ser elevado à categoria de canônico depende muito de cada época. Porém, como diz Italo Calvino, em *Por que ler os clássicos* (2007, p. 15), “é clássico aquilo que persiste como rumor mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível”. Calvino, esse admirável escritor italiano, autor de tantos livros belos e intrigantes, sabia o que estava dizendo e fazia questão de ressaltar que, nesse livro, ele falaria das obras que eram clássicas para ele.

Segundo Antonio Candido, na obra fundamental que é a *Formação da Literatura Brasileira* (2007, p. 529), uma literatura só pode ser considerada madura quando recusa “o valor aparente do comportamento e das ideias” e quando o ficcionista empreende uma profunda pesquisa psicológica de seus personagens. Ainda segundo o mesmo autor, “na medida em que atua deste modo, o romance tem para nós uma função insubstituível, auxiliando-nos a vislumbrar em nós mesmos, e nos outros homens, certos abismos sobre os quais a vida de relação constroi as suas pontes frágeis e questionáveis. (...) Uma literatura só pode ser considerada madura quando experimenta a vertigem de tais abismos.” Dessa forma, quando aceitamos embarcar na viagem proposta por romances bem articulados e bem acabados, tal como o *Dom Casmurro*, de 1900, ou *O Ateneu*, de 1888, por exemplo, nós apreendemos mais sobre nós mesmos e sobre os nossos semelhantes, ainda que esse saber não pareça fazer diferença imediata.

Outra faceta desse lado dito formador da literatura é o caso daqueles autores cujas obras são bastante divulgadas na escola, saem em relações de livros para o vestibular e aquela parte de sua obra que é pouco comentada por não se enquadrar na classificação que se fez deles. Lembro aqui especificamente o caso de Bernardo Guimarães e seus poemas pornográficos, tais como “O elixir do pajé” e “A origem do mês-truo”. Como tive oportunidade de presenciar algumas vezes junto aos meus alunos, ainda hoje a leitura desses poemas em classe causa-lhes estremecimentos – imaginem em pleno século XIX! Certamente esses poemas não foram escritos para as mocinhas que aprendemos a ver como as leitoras da ficção (digamos) “oficial” de Bernardo Guimarães, como os romances *A escrava Isaura*, de 1875, e *O seminarista*, de 1872; esses escritos eram resultado das estripulias levadas a efeito pela trupe de estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, na qual se destacava também Álvares de Azevedo. A questão que levanto neste ponto aos leitores preocupados com a formação das crianças e adolescentes é a seguinte: em nosso afã de divulgar os saberes e sabores dos livros e da leitura, estamos dispostos a permitir que eles leiam irrestritamente ou

colocaremos regras e limites para a escolha dos livros a serem lidos? Este é apenas um dos casos mais conhecidos, mas há outros. Decerto, em nossa sociedade, em que a leitura não tem sido uma prioridade, este é um problema menor.

Há autores que também advogam que a leitura não tem nenhuma serventia imediata, ou seja, no curto prazo a literatura não passa de uma atividade inútil, já que não se ganha muito dinheiro com ela. Como sabemos, em nosso tempo, de pressa extrema e consumismo desenfreado, as atividades voltadas para a prática, que rendem dinheiro imediato, popularidade e emprego são as mais valorizadas. Ler – e escrever –, então, que exige tempo e concentração, parece uma atividade inútil.

Soube há pouco que, no Salão do Livro de Palmas/TO, conforme as estatísticas, os livros mais vendidos são os auto-ajuda, ressaltando, ainda, que os professores do Estado recebem uma verba para a compra de obras. Essa constatação é previsível, pois a literatura realmente boa – e podemos encontrá-la nos gêneros e nos autores mais diversos – não fornece chaves que abrem facilmente as portas da felicidade. Bem ao contrário, a literatura de qualidade nos instiga a construir nossas próprias respostas, o que, certamente, dá muito mais trabalho do que ler um Augusto Cury e um Paulo Coelho.

Se a literatura é mesmo inútil, por que será que, em alguns momentos cruciais de autoritarismo ao longo da história, houve a queima pública de livros? Por que escritores como Salman Rusdie, o autor de *Versículos Satânicos*, publicado em 1989, ou o italiano Roberto Saviano, autor do recente sucesso *Gomorra*, de 2006, são jurados de morte por terem escrito livros? Poderíamos especular que seja porque eles ousaram se pronunciar – e registrar em livros, o que sempre confere um ar de verdade a uma declaração! – sobre assuntos tabus para alguns grupos, nada dispostos a deixar ecoar vozes dissonantes. Esses grupos se preocupam com o modo como essas visões não autorizadas serão lidas, pois, como diz Alberto Manguel em *Uma história da leitura* (1997), citando um cronista português do século XVII, “há gente ingênua que pensa que não há mentiras impressas”. Conforme Fernando Baéz, em *História universal da destruição dos livros* (2006, p. 24), “um livro é destruído com a intenção de aniquilar a memória que encerra, isto é, o patrimônio de ideias de uma cultura inteira. Faz-se a destruição contra tudo o que se considera ameaça direta ou indireta a um valor considerado superior.” Dessa forma, um livro não é destruído por ser odiado como objeto, mas enquanto depositário de memória, como veículo de ideias potencialmente subversivas.

Talvez um dos melhores exemplos de ficcionalização dessa destruição de livros seja o romance *Fahrenheit 451* (2007), do norte-americano Ray Bradbury, publicado em 1953 e adaptado para o cinema em 1966. A história se passa em um futuro hipotético em que as casas

são absolutamente seguras contra incêndios (que, inclusive foram esquecidos pelos habitantes), os livros viraram artigos proibidos e sua posse se transformou em crime punido rigidamente, ou seja, é proibido ler. Nesse contexto, os bombeiros assumiram uma nova função: mediante denúncias anônimas, estimuladas pelo governo, que mantém a população sob estrito controle por meio da televisão massificada, esses homens do fogo invadem casas e queimam, sob o olhar de seus proprietários, todos os livros que estes traziam escondidos. Porém, um desses bombeiros, Montag, curioso pelo conteúdo dos objetos que destruía, esconde para si alguns exemplares de cada vez, transformando-se também ele, mais tarde, em um criminoso fugitivo. Quase no final do romance, iremos conhecer os homens-livros, aqueles que conseguiram escapar das autoridades e, apaixonados pela literatura e por todo o patrimônio que ela contém, guardam de memória, cada indivíduo, um livro importante. Assim, temos ali personagens que são a *República*, de Platão, do século V a.C., ou *As viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift, romance publicado em 1726. Por isso, diz um dos personagens a Montag, que estranhara a aparência de alguém do grupo, “Não julgue um livro pela capa”.

Mais recentemente, uma cena, que quase passa despercebida em meio a tantas peripécias, me chamou a atenção em um dos filmes da série de sucesso “Indiana Jones”, intitulado “Indiana Jones e a última cruzada” (1989): por uma série de circunstâncias, Indiana e o pai, juntamente com uma alemã, uma espiã sedutora e belíssima, vão parar na Berlim nazista e assistem, com essa última personagem em lágrimas, à queima pública de livros.

Em um romance de Moacir Seliar, *Os leopardos de Kafka* (2000), acontece um episódio durante a ditadura brasileira que seria engraçado se não fosse trágico e dependesse dele a vida de um dos envolvidos. Um jovem que já vinha sendo vigiado pela repressão é encontrado com um papel em que aparece um escrito muito semelhante a uma mensagem em código, atribuída a um certo Kafka, por sinal portador de um nome altamente suspeito, lembrando nomes russos (e comunistas). O personagem quase é morto por causa desse escrito de um autor que, como sabemos, representou bem em suas narrativas os estados totalitários, como em *O processo*, de 1925. Esse precioso manuscrito acaba sendo destruído na frente de seu desesperado dono, por um policial bastante ignorante acerca dos grandes autores.

É claro que essas destruições de livros recontadas na ficção nos lembram, de maneira sinistra, que, sempre que alguém ou algum grupo tenta impor sua vontade sobre outros seres humanos estão representando fatos bem reais, tais como aqueles descritos na obra *História universal da destruição dos livros* (2006), de Fernando Báez. Um dos exemplos chocantes citados pelo autor é a destruição de milhares de obras importantes, manuscritos

históricos, saque a museus e destruição de sítios arqueológicos, no Iraque, após a invasão pelos americanos. Tudo isso proporcionado pelo caos da guerra e pelo fato de essas obras estarem associadas ao regime deposto.

Talvez essa preocupação com a destruição de livros e essa repressão por parte das ditaduras (e também por parte de quem as odeia), que podem nos parecer hoje tão excessivas, tenha muito a ver com a “perdição” causada pelos livros, pois sabemos – através da trajetória de personagens ficcionais famosos – que a leitura também pode enlouquecer, ou pelo menos desnortear. É o caso, por exemplo, do personagem homônimo do romance essencial *Dom Quixote*, publicado em dois volumes (1605 e 1614); transtornado pela leitura dos livros de cavalaria, com a descrição de homens cheios de ideais e suas histórias mirabolantes, o “Cavaleiro da Triste Figura”, como ele seria chamado, sai pelo mundo acompanhado por Sancho Pança, seu gordo escudeiro, em busca de aventuras e oportunidades para provar seu valor e merecer o amor de Dulcineia. Além dessa figura de leitor enlouquecido pelos livros, vale a pena lembrar que a dupla formada por Dom Quixote (cujo nome verdadeiro, aliás, era Alonso) e Sancho, pode ser lida também como um embate e uma aliança entre a cultura letrada, representada pelo primeiro, e a cultura oral, representada pelo segundo. Luciano Canfora, autor da obra *Livro e liberdade*, cita uma cena do *Dom Quixote* que diz muito sobre a preocupação com o poder dos livros (cf. CANFORA, 2003, p.15-17): estando Dom Quixote acamado, o Cura (representante na narrativa das autoridades da igreja), o Barbeiro (representante de uma classe média) e a ama (representante do povo), fazem um julgamento sumário dos livros que lhe causaram a loucura e decidem queimar quase todos, por sua comprovada capacidade de enlouquecer leitores inocentes.

Outro exemplo famoso desse tipo de leitor desnortado é a personagem Ema, do romance *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert, publicado em 1857; enleada por romances cheios de aventuras, Ema sonha com uma vida menos monótona que a sua, casada com um homem absolutamente previsível. Uma espécie de irmã gêmea ideológica de Ema é a personagem Luísa de *O primo Basílio*, de Eça de Queirós, de 1878, que, com muitas horas de ócio para gastar, lê romances aventurecos e melosos, preparando o terreno para que seu primo sedutor e volúvel a convença a colocar em risco a vida tranqüila e sem graça com o marido Jorge; é interessante observar que Luísa há de sofrer tão fortemente as consequências de suas escolhas que, pelo fato de ser mulher em uma sociedade machista, nem seu nome aparece no título desse romance totalmente centrado sobre ela. Um exemplo de leitor, no caso uma pequena leitora, transformado por um livro é a personagem de Clarice Lispector no conto “Felicidade Clandestina”, do livro homônimo, de 1971; sem dinheiro para comprar livros, a

personagem coloca-se sob o jugo de uma colega cruel que possui um precioso exemplar de *As reinações de Narizinho*, essa bela narrativa de Monteiro Lobato publicada em 1931 já com o formato atual; quando, após longa tortura empreendida pela dona do livro, finalmente essa leitora voraz o tem em mãos, o prazer quase sensual proporcionado pelo toque naquele objeto transfiguram personagem e livro em uma mulher e seu amante.

Na verdade, antes de classificar esses leitores de “loucos” ou “alienados”, podemos vê-los como exemplos daquelas pessoas que foram despertadas pelas viagens que os livros propõem, ou mesmo transportadas a alturas de imaginação e devaneio que tornaram impossível a volta ou a aceitação de um cotidiano monótono e por vezes cinzento. Dessa maneira, esses leitores, transformados por seus livros, também são perigosos para os autoritários de plantão, já que vislumbraram outras possibilidades de lidar com o mundo e fatalmente serão questionadores e pouco afeitos a serem manipulados. Assim, o ato de ler pressupõe o exercício da liberdade, pelo menos da liberdade de imaginação, e muitas vezes isso parece potencialmente subversivo para quem gosta de controlar os outros.

Um bom exemplo desse poder do leitor, mas também da importância de dominar a escrita, foi representado no romance de Moacir Scliar *A mulher que escreveu a Bíblia* (2007). Como se sabe, no tempo de Salomão, os escribas eram seres únicos, privilegiados pelo dom só ensinado a um aprendiz da geração seguinte que merecesse tal honraria. Apesar disso, um escriba de uma pequena aldeia, apiedado pela extrema feiúra de uma mulher, ensina-lhe a ler e escrever, o que dará a ela, na corte desse grande rei das tribos de Israel, a possibilidade de escrever o que seria a Bíblia. Todos nós, leitores desse romance, após a leitura, nos perguntamos: como seria a Bíblia se tivesse sido escrita por uma mulher?

Um problema sério de nossa época, já discutido tanto por filósofos como autores de auto-ajuda, é o tempo extremamente corrido, que impede qualquer parada para uma reflexão mais apurada sobre um assunto ou mesmo para não fazer nada, pois sabemos hoje que o ócio também é importante, até para deixar de lado algumas questões que podem nos deixar obcecados, para depois retomá-las com mais vigor. A criança que é filha de pais com condição financeira razoável não tem tempo para mais nada, pois tem aulas na escola, aulas de inglês, esportes diversos, informática etc. Quando essa criança para, o que ela menos quer é dedicar-se a uma atividade que exige concentração como a leitura. Dessa maneira, se a escola quer formar leitores, tem que proporcionar um tempo para usufruto dos livros e da leitura como uma atividade prazerosa, que representa uma enorme troca com visões de mundo e pessoas de diversos tempos e lugares, isto é, o cultivo da imaginação e do devaneio, a viagem virtual como prazer, e não apenas como obrigação para as avaliações.

3. O desafio de formar leitores e as estratégias possíveis

Não há fórmulas mágicas para formar leitores, pois, como afirmou Daniel Pennac num pequeno livro chamado *Como um romance* (PENNAC, 1993), não é possível conjugar alguns verbos, tais como “amar”, “sonhar” e “ler”, no imperativo. Ou seja, não se consegue obrigar alguém a ler – o máximo que conseguimos ao tentar fazê-lo é armar o aluno com bons motivos para não gostar de antemão de mais essa obrigação. Porém, algumas estratégias podem abrir caminhos para despertar o interesse por todo o mundo de aventuras que os livros propõem. Sei que os colegas professores de literatura ficarão chocados com a relação que reproduzirei abaixo, porém, para formar leitores, em primeiro lugar, é preciso respeitar os direitos sagrados destes, de acordo com Pennac, ele também um professor de literatura. Segundo Daniel Pennac, esses direitos são os seguintes: 1. O direito de não ler, 2. O direito de pular páginas, 3. O direito de não terminar um livro, 4. O direito de reler, 5. O direito de ler qualquer coisa, 6. O direito ao bovarismo (doença textualmente transmissível), 7. O direito de ler em qualquer lugar, 8. O direito de ler uma frase aqui e outra ali, 9. O direito de ler em voz alta, 10. O direito de calar (Pennac, 1993, p. 139). Bem se vê com quanta dificuldade poderemos estimular a formação de leitores, pois, para isso, é preciso respeitar o livre arbítrio do outro!

Como já afirmei em outras ocasiões, todo livro propõe uma viagem e depende da disposição do leitor aceitar o convite ou não. Para que uma obra se realize plenamente, conforme Umberto Eco (1999), citando Coleridge, em um belo livro que une a teoria da literatura e a paixão pela leitura, é preciso que o leitor firme um pacto com os autores e concorde em suspender momentaneamente sua descrença, aceitando os termos propostos pela narrativa e perdendo-se voluntariamente nos bosques da ficção. Segundo Eco, na mesma obra, existem dois tipos de leitores e eventualmente nós desempenhamos um papel ou outro. Grosso modo, o primeiro tipo de leitor é aquele que segue a história ansiosamente, pulando páginas de descrição que lhe parecem impertinentes e cansativas, sempre na expectativa de chegar ao desfecho do enredo. Este leitor não se deixa seduzir por sinuosos e belos caminhos laterais, mantendo-se na “estrada dourada”, ao contrário de Dorothy, de *O mágico de Oz*, publicado em 1901. Há, por outro lado, aquele leitor que aceita o tempo proposto pela narrativa, deixando-se literalmente enredar nas estratégias utilizadas pelo autor; para este tipo de leitor, não importa tanto o final da história, mas as belezas que encontra no caminho, a sofisticação do uso de recuos no tempo e antecipações que, às vezes, assumem o caráter de pistas sobre os

desdobramentos, a sutileza de marcas afetivas gravadas no espaço (transformado, assim, em ambiente ou atmosfera) entre outros recursos expressivos. Este último leitor, envolvido na teia da narrativa, deixa-se seduzir por livre e espontânea vontade e perde-se no labirinto apresentado nos livros.

Todos esses aspectos (a configuração do leitor, as estratégias narrativas, os recursos expressivos) são interessantes, mas até agora tratei neste item somente daqueles que já são leitores e exercitam essa faculdade regularmente. A questão primordial aqui, no entanto, é como atrair os reticentes e os novos para essa legião de privilegiados pelo acesso à imaginação e ao devaneio proporcionado pela literatura. Afirmei pouco antes que não há mágicas nesse processo e algumas atitudes ressoarão óbvias para aqueles envolvidos nas práticas literárias, mas nem tanto para os pais e professores que veem, preocupados, uma geração inteira mais ocupada com os aparatos da mais moderna tecnologia, como a internet, os games interativos, os sites de relacionamento, do que com necessária formação cultural.

Em primeiro lugar, podemos dizer que o interesse dos jovens por essas novidades não é o problema em si, já que elas fazem parte da vida atual e, portanto, também da cultura do cidadão do século XXI; o problema, a meu ver, tal como já mencionei em algumas ocasiões sobre a oferta exígua de opções culturais em nossa cidade, é a limitação a certas formas de comunicação que acabam inibindo a abertura para um leque maior de experiências. Isso, fatalmente, limita a capacidade de relacionar o excesso de informações que o jovem atual dispõe na internet, por exemplo. O que quero dizer é que é preciso valorizar a diversificação, pois, sem isso, o acesso amplo à informação proporcionado por nosso tempo, cheio de pequenos e maravilhosos artefatos, está bem distante da atitude criativa de lidar com ela e daí partir para uma visão crítica do mundo e uma recriação própria.

Já que falo dos jovens atuais, buscarei algo da minha própria experiência como leitor para dar algumas pistas do que estou dizendo. A minha alfabetização foi algo como uma experiência epifânica, isto é, uma revelação, a abertura para um mundo que eu apenas vislumbrara antes, mas que ainda era inalcançável pela pouca idade. Ao possuir a chave do mundo da escrita, aconteceu-me a febre de ler tudo o que encontrava, de letreiros a papéis rasgados pelo chão. Comecei a minha trajetória de leitor propriamente dito com as histórias em quadrinhos que minha irmã e meu pai colecionavam, as quais foram lidas à exaustão, e depois passei aos livros emprestados por vizinhos e amigos. Mais tarde, já com a independência de movimentos, mas sem a necessária independência financeira, descobri duas boas bibliotecas em minha cidade, as quais revirei completamente, e percorri desde obras recomendadas para a minha idade, tais como a já citada *Reinações de Narizinho*, de Monteiro

Lobato, até *O último tango em Paris*, obra prima do erotismo, publicada no Brasil em 1973, adaptada para o cinema com Marlon Brando. Refletindo sobre esse percurso, posso afirmar que, ainda hoje, o que me renova como professor de literatura é redescobrir a cada leitura de um grande livro o prazer de entregar-me, sem pudor, a um mundo desconhecido e envolvente, a perder-me voluntariamente nos bosques da ficção.

Ao narrar, resumidamente, a minha trajetória como leitor, não pretendo aqui lamentar, ressaltar novamente, tal como fazem alguns pais e professores, que as crianças atuais cresçam ligadas à televisão, aos games eletrônicos e ao mundo fascinante da internet. O que quero dizer é que, como afirmei antes, essas maravilhas tecnológicas não são o problema em si – a questão é não limitar-se a elas. Essa questão é bem mais grave quando noto que os próprios pais, para alimentar sua necessidade de histórias, fantasia e imaginação, limitam-se aos programas da televisão e, no máximo, aos filmes em dvd. Diversificar a experiência cultural tanto de pais como de professores é uma das primeiras atitudes realmente relevantes que podem fazer a diferença para a formação das crianças como leitores.

Um problema sério que vejo na cidade de Araguaína/TO² é o acesso à Biblioteca e seu acervo. Como exemplo disso, lembro que a Biblioteca Municipal da cidade não empresta livros há muito tempo, segundo relato das próprias funcionárias. Ora, vamos e venhamos, é impossível ler uma obra literária extensa, tal como *Grande sertão: veredas*, de 1956, esse clássico imprescindível de Guimarães Rosa, se o leitor tem apenas algumas horas por dia disponíveis em um ambiente asséptico como é a biblioteca. Ainda de acordo com o depoimento daquelas funcionárias, o empréstimo foi proibido porque havia furto de livros, comprometendo o acervo. Eu, como leitor convicto e compulsivo, além de professor de literatura, penso com os meus botões, como diria Machado de Assis: quem dera que as nossas crianças só precisassem roubar livros, e não comida para matar a fome. Parodiando a frase famosa de um escritor alemão, que disse “onde se lançam livros às chamas, acaba-se por queimar também os homens” (cf. CANFORA, 2003: 65), nós poderíamos afirmar que “onde não se dá importância aos livros, e a todo o patrimônio que eles representam, acaba-se por não se dar importância também aos homens”!

Um dos aspectos das aulas de português que mais me intrigam – e também tem gerado debates entre especialistas na matéria cujos resultados nem sempre chegam à sala de aula – é que apenas as aulas de gramática normativa não ajudam o letramento pleno, ou seja,

² Cidade onde se situa o Campus em que leciono. Porém, se fossem feitos estudos em outras cidades do mesmo porte no Estado do Tocantins, ou mesmo em outros estados da Região Norte, talvez a constatação fosse a mesma ou o problema apresentaria configurações semelhantes.

não transformam o aluno em um leitor habitual ou em uma pessoa que expressa de maneira adequada seu pensamento na escrita. Essas aulas centradas nas regras podem fazer com que o aluno saiba, por exemplo, o que é uma oração coordenada assindética, mas pouco lhe adianta na hora de enfrentar a folha de papel em branco para escrever ou compartilhar da sofisticação da linguagem literária. Lembrem que o aluno que chega à escola sabe falar e muito bem o português, pois se virou de maneira satisfatória sem a escola até aí. É preciso que o professor compreenda³ que o aluno vai à escola para se tornar um poliglota em sua própria língua, para se tornar apto a se comunicar efetivamente com pessoas dos mais variados níveis escolares.

Isso me lembra que os professores de português usam comumente o texto literário como ponto de partida para várias outras coisas, tais como aulas de gramática, discussão de gêneros de discursos ou de preconceitos e tabus, mas, muitas vezes esquecem-se de usufruir a riqueza que esse texto apresenta, esquecem de tentar recuperar a velha leitura coletiva e reencenar aquelas rodas de viajantes em volta do fogo compartilhando experiências por meio de narrativas. Vem daí a minha inquietação com o verbo “trabalhar” que os professores usam ao se referir ao texto literário na sala de aula: penso, como vários estudiosos da questão, que o texto não é uma espécie de massinha de modelar que serve para qualquer pretexto. Quanto a esse aspecto, eu, como leitor e professor de literatura, diria aos professores: recuperem a intimidade com o texto literário que havia na infância, leiam com os seus alunos em sala de aula, mesmo que, pelo pouco tempo disponível, tenham que ler textos curtos. Se vocês escolherem bem os textos, e há muitos pequenos e belos textos de bons autores, poderão fazer diferença em suas aulas de português e literatura.

Uma sugestão de atividade ligada também à criação literária é ler com os alunos alguns dos pequenos contos de Dalton Trevisan reunidos no livro *99 corruíras nanicas* (2002) e também aqueles da coletânea *Cem Menores Contos Brasileiros do Século* (2004) e propor que os alunos produzam seu próprio microconto. Essa é uma atividade que exercitará a concisão e a criação de textos. Além dessa leitura coletiva, volto a repetir que um aspecto dessa questão é fundamental: para estimular a formação de leitores, o professor tem que ser, primeiramente, um leitor pleno – só o leitor pleno consegue falar com paixão dos livros e da leitura e almejar estimular os alunos.

Um problema que encontramos nos livros didáticos é a abordagem fragmentada da obra de grandes autores, tais como Aluísio Azevedo, Raul Pompeia e Machado de Assis. Há pouco, folheando a série de livros didáticos *Novas palavras* (2005), destinados ao ensino

³ E também planeje suas aulas considerando esses fatos.

médio, constatei que são apresentados vários fragmentos de capítulos de romances desses três escritores e depois o aluno é estimulado a responder questões sobre características estéticas e estilísticas, inclusive de provas de vestibular de Universidades famosas. O detalhe é que todas as questões são formuladas sobre fragmentos de livros, ou seja, constroi-se a impressão no aluno de que é possível apreender um movimento estético ou uma obra por meio da leitura e do estudo isolado de suas partes. De certa forma, esse procedimento sustenta e ratifica o uso, por parte dos alunos, de sites da internet que fornecem resumos e comentários sobre os livros mais solicitados nos vestibulares, sugerindo, assim, que eles podem encurtar o caminho e evitar ler a obra – basta o resumo e o comentário. É certo que as horas de aulas de literaturas no ensino médio são poucas e o programa extenso, mas é preciso sempre remeter o aluno à leitura da obra completa e não se conformar com os atalhos. Isto é, se os professores tem que lidar com esses vários problemas, inclusive com resumos e a leitura de partes de obras, é preciso informar o aluno que esse estudo fragmentado não é o ideal. É também possível usar criativamente esses resumos, suspendendo a narrativa em pontos chave e instigando os alunos a buscarem saber o que acontecerá depois.

Se o professor quer ou precisa apresentar Machado de Assis para leitores em formação, notadamente nas últimas séries do ensino fundamental ou depois, no ensino médio, deveria começar com os contos. Há contos desse grande autor tão geniais quanto os romances e prestam-se como uma luva para abrir portas para essa obra tão rica quanto complexa. Como exemplos dessas pequenas e belas possíveis “portas” para a obra de Machado de Assis, lembro aqui dos contos “Um apólogo” e “Conto de escola”, ambos do livro *Várias histórias*, uma das melhores reuniões de contos do autor.

Aliás, Machado de Assis é exemplar da poderosa má influência que o professor pode exercer sobre o aluno. Quando um professor obriga alunos sem a necessária experiência de leitura e vivência a lerem os romances desse autor, especialmente essa obra essencial que é o *Dom Casmurro*, na verdade está prestando um desserviço à literatura e à leitura. Se quiserem constatar como essa atividade se transforma em horror a Machado de Assis, perguntem a qualquer aluno do ensino fundamental que passou por essa experiência.

Como antídoto às famigeradas relações de livros para o vestibular e as leituras obrigatórias aplicadas na escola, sempre peço aos meus alunos: não leiam por obrigação autores como Machado de Assis, Graciliano Ramos, Clarice Lispector e Guimarães Rosa. Ler obras desses autores fundamentais por obrigação é praticar o crime de lesa-literatura e, por consequência, de lesa-imaginação. Dessa forma, um dos desafios que proponho aos alunos é o seguinte: cometam um ato de rebeldia com o seu professor: leiam por prazer o que ele

colocou como obrigação, usufruam essa oportunidade maravilhosa de compartilhar visões de mundo muito diferentes da sua, embarquem nessa viagem por lugares e tempos diferentes dos seus.

Dessa forma, é preciso criar um ambiente que facilite o acesso aos livros e à leitura, além de construir um meio que estimule a imaginação, alimente o sonho, dê asas à fantasia, os quais, paradoxalmente, são extremamente necessários para enfrentar os desafios reais aos quais todos temos que responder.

Em minhas aulas de literatura, tenho, é claro, a preocupação com os programas, os aspectos técnicos envolvidos nas análises, as categorias mais importantes, os aspectos relevantes a observar etc. Porém, como sei que, mesmo entre os alunos dos cursos de Letras (futuros professores de português e literatura), por incrível que isso possa parecer, muitos ainda têm reticências em relação ao gosto pela leitura, procuro enfatizar, bem além da preponderância do programa a ser cumprido, todo o mundo que a literatura abre, a beleza ao alcance do leitor mais preparado para a aventura que o livro proporciona. Parece-me bem improdutivo que os alunos saibam todos os conceitos da teoria da literatura e isso não os ajudem em nada a gostar de ler. A teoria da literatura, desse ponto de vista, não passa de um acessório dos estudos literários, e como professor da disciplina devo estar consciente disso. O que quero dizer é que a teoria da literatura é importante, mas não deve querer se sobrepor e ultrapassar o seu objeto de estudo, que é a literatura, sob pena de perder sua razão de ser e se transformar em outra coisa bastante diversa.

Entre todos os problemas que levantei, apenas toquei de leve em alguns deles. Mais do que fornecer respostas prontas, no entanto, espero ter instigado os leitores a construírem suas próprias soluções.

Encerro este artigo como não deveria fazê-lo, pela voz de outra pessoa. Porém, eu o faço para mostrar que o meu próprio discurso se relaciona de maneira intrincada e sinuosa com as minhas leituras e porque o autor da frase abaixo, esse escritor apaixonante que é o argentino-canadense Alberto Manguel, é, como eu, um leitor apaixonado e voraz:

O que Santo Agostinho (...) sugere é uma nova maneira de ler: nem usando o livro como um apoio para o pensamento nem confiando nele como se confiaria na autoridade de um sábio, mas tomando dele uma ideia, uma frase, uma imagem, ligando-a a outra selecionada de um texto distante preservado na memória, amarrando o conjunto com reflexões próprias – produzindo, na verdade, um texto novo de autoria do leitor. (MANGUEL, 1997, p. 82)

Referências bibliográficas

- AMARAL, Emília et al. *Novas palavras: língua portuguesa: ensino médio*. 2ª ed. renovada. São Paulo: FTD, 2005. (3 volumes, Coleção Novas Palavras)
- BÁEZ, Fernando. *História universal da destruição dos livros*. Trad. Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- _____. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2004.
- BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451*. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Globo, 2007.
- CAMPOS, Paulo Mendes. Para Maria da Graça. In: BRAGA, Rubem et al. *Para gostar de ler*. São Paulo: Ática, 1986. (Volume 4 – Crônicas)
- CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 2003.
- _____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1880)*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.
- CANFORA, Luciano. *Livro e liberdade*. Rio de Janeiro: Casa da palavra; São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. (Coleção Bibliomania, 4)
- CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *Assunto encerrado – discursos sobre literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- FREIRE, Marcelino. *Os cem menores contos brasileiros do século*. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2004. (Coleção 5 minutinhos)
- MACHADO, Ana Maria. *A audácia dessa mulher*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- PENNAC, Daniel. *Como um romance*. Trad. de Leny Werneck. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- SANTOS, Fabiano, MARQUES NETO, José Castilho e RÖSING, Tania M. K. *Mediação de leitura: discussão e alternativas para a formação de leitores*. São Paulo: Global, 2009.
- SCLIAR, Moacir. *Os leopardos de Kafka*. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *A mulher que escreveu a Bíblia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

TREVISAN, Dalton. *99 corruíras nanicas*. Porto Alegre: L&PM, 2002.